

Mudar Previdência é "difícil agora"

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Rio – Além da reforma política, a possibilidade de aumento da meta fiscal pelo governo federal também foi criticada pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Ele disse que a medida o deixa “desconfortável”. O deputado já havia dado declarações nesse sentido, alegando que União, estados, municípios e pessoas físicas devem “viver dentro de seu orçamento”. O governo cogita rever a meta deste ano, de R\$ 139 bilhões, e talvez a do ano que vem, por conta da demora na retomada no crescimento da economia e da baixa arrecadação. Maia também reafirmou que a Câmara não aprovará aumentos de impostos e disse que a Casa também faz sua parte para o enxugamento das contas, por meio da aprovação de medidas como a PEC do Teto dos gastos públicos e a reforma trabalhista. “Não tem um deputado que não esteja preocupado com isso. Alguns têm dificuldade de votar. É um processo de acomodação”, disse. Para o presidente da Câmara, o Brasil está avançando, apesar da crise. “Estamos enfrentando grandes desafios. Acho que avançamos olhando para o ano passado, para o que o presidente e o Congresso receberam da herança dos 13 anos do governo do PT.” Em outro momento de sua fala, disse que o Brasil não pode correr o risco de virar o Rio de Janeiro (referindo-se à calamidade financeira). Afirmou, ainda, que “Bolsa-Família não resolve”, e sim reformas que possibilitem maiores investimentos do setor privado, com geração de empregos. Por causa do tema proposto pela FGV, Maia também falou sobre segurança pública: afirmou que a presença de militares no Rio já melhorou a segurança nas ruas e garantiu que será aprovado um rol de medidas para o setor. Defendeu ainda mudanças na legislação, com vistas a uma maior participação federal no combate ao crime organizado. DESTAQUES A Comissão Especial da Câmara criada para analisar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 77/03, que propõe mudanças no sistema político-eleitoral brasileiro, vai se reunir novamente na terça-feira, para a conclusão da votação dos destaques apresentados à matéria. Ficaram pendentes de votação dois destaques de supressão de artigos do projeto substitutivo, elaborado pelo deputado Vicente Cândido (PT-SP). A PEC deverá ser discutida e votada no plenário da Câmara ainda no mês de agosto, segundo previsão do presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Um dos destaques pendentes visa retirar o dispositivo que prevê que um candidato possa disputar mais de um cargo, majoritário e proporcional, em um mesmo pleito, figurando simultaneamente nas lista preordenada pelo partido. O outro pretende suprimir o artigo que estabelece que o suplente de senador seja o deputado federal mais votado do partido. Os deputados já aprovaram mudanças nas regras eleitorais, como a instituição do chamado distritão, que retira a proporcionalidade nas eleições de cargos como deputado federal, estadual, distrital e vereador e a criação de um fundo público para financiar as campanhas. O texto-base do relator foi aprovado na quarta-feira. Mesmo sob obstrução dos partidos de oposição, os membros do colegiado mantiveram o sistema distrital misto a partir de 2022 e a proposta de financiamento público, com a criação do Fundo Especial de Financiamento da Democracia. O fundo deve ser abastecido com recursos da União da ordem de R\$ 3,6 bilhões para as próximas eleições.



Comissão que discute reforma política volta a se reunir terça-feira